



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**PROCESSO N° 00027059/2020**

**ESPÉCIE**

**PAGAMENTO**

**DATA**

**13/11/2020 12:10**

**NR° DOC DE ORIGEM: MEMO N°1166/2020**

**INTERESSADO: HOSPITAL SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA**

**SETOR DE ORIGEM: DERE**

**DOCUMENTOS ANEXADOS: 1) MEMO N° 1166/2020 2) PARECER CONTROLE INTERNO 3) EMPENHO 19357 4) LIQUIDAÇÃO NE 19357 5) ORDEM DE CREDITO 04539**

**ASSUNTO: ENCAMINHA NOTA FISCAL REFERENTE AO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N°004/2016.**

**INFORMAÇÕES DO INTERESSADO**

**ENDEREÇO: AV. GENERALÍSSIMO DEODORO**

**N° 868**

**BAIRRO: UMARIZAL**

**UF: PA**

**CEP: 66050160**

**CIDADE: BELEM**

**COMPLEMENTO: JOAO BALBI E BOAVENTURA DA SILVA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**Protocolado em 13/11/2020 12:10**

**POR**

**ANA CONCEIÇÃO CARDOSO BEZERRA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00027059/2020**

## Encaminhamentos (Tramitações)

Data: 13/11/2020 13:39      Tramitador por: ANTONIETA DE FATIMA DE  
IVALDO DA COSTA DA CUNHA - PRESTADOR      Para: FMS / PRESTADOR IVALDO/SESMA  
Data de Recebimento:13/11/2020 14:08  
Despacho: Para providências

Data: 13/11/2020 13:37      Tramitador por: ANNA CAROLINA SILVA MOREIRA      Para: FMS/SESMA  
ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU      Data de Recebimento:13/11/2020 13:38  
Despacho: Para providências

Data: 13/11/2020 12:13      Tramitador por: ANA CONCEIÇÃO CARDOSO      Para: CONTROLE INTERNO/SESMA  
ANNA CAROLINA SILVA MOREIRA      Data de Recebimento:13/11/2020 12:26  
Despacho: Encaminha Nota Fiscal referente ao décimo segundo Termo Aditivo ao Convênio nº004/2016.

Data: 13/11/2020 12:10      Tramitador por: ANA CONCEIÇÃO CARDOSO      Para: DERE / DIREÇÃO/SESMA  
ANA CONCEIÇÃO CARDOSO BEZERRA      Data de Recebimento:13/11/2020 12:10  
Despacho: ENCAMINHA NOTA FISCAL REFERENTE AO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº004/2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO

Nº 9155 - 11/07/2016 - BURENMS/SUS

De 19 de novembro de 2016.

Ass: CONTRATO INTERMUNICIPAL  
Ass: Eder de Jesus Pereira

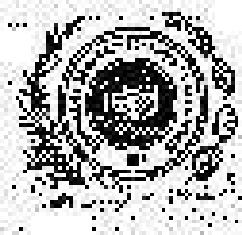
Senhor Coordenador,

Encaminhamos Nota Fiscal do Hospital D. Luiz I, referente ao Dócio de Segundo Termo Aditivo ao Convênio 004/2016, no art 65.01 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme abaixo especificando:

Nota Nº	Referência	Convênio Nº	Valor R\$
9155	Ref. 103 citos de DDT	004/2016	500.000,00

Atenciosamente,

ANA CONCEIÇÃO ARDUINO BEZERRA  
Diretora do Departamento de Regulação da SEMSA  
BURENMS/SUS-RP - SP



**Beneficência Portuguesa Beneficente do Pará**  
**HOSPITAL D. LUIZ I**

C.G.C.: 04.728.478/0001-81

Av. Gen. Canabarro, 268 - Umarizal - Belém-PA, CEP: 66055-240.

Telefone: 011-8215-4434 Fax: 011-8222-8067

E-mail: [contabilidade@bpcpar.com.br](mailto:contabilidade@bpcpar.com.br)

CT-ITRP 038 / 2020

Belém, 13 de Novembro de 2020

Ao

DE RE - Departamento de Regulação.

Avenida Governador José Malcher, 2821 - 35º Uaz

Prezados Senhores,

estamos enviando em anexo as Notas Fiscais abaixo relacionadas:

Nº NF	VALOR	ESPEC.
9155	R\$ 966.000,00	DECÍMO SEPTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 004/2016, NO ART 65.º DA LEI FEDERAL Nº 669/05 - DOENTES DE L.T.I.
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 966.000,00</b>	

  
A. ENCARGADOS,  
PELA DIRETORIA





Número da Nota	00260795
Data e Hora de Emissão	10/12/2011 11:00:17
Código de Verificação	4870E0A0B0C0D0E0F0G0H0I0J0K0L0M0N0O0P0Q0R0S0T0U0V0W0X0Y0Z0



Nome: RUIZG SODR	BENEFICÊNCIA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ		
CNPJ: 09.384/0001-81	Inscricao	002125	
Endereço:	AVENIDA GENERAL ASSIS DUQUELORE Nº 333 - DAIROS UNIAZUL - CEN. BAIRRO		
Município:	Belém	UF:	PA
CEP:	66050-900	Telefone:	(91) 3241-4140

Nome + Fone Celular:	SHERA-BEGETARIA MUNICIPAL DE BAURÉ - MEO NOROESTE		
CPF/CNPJ:	07.078.218/0001-12	Endereço:	14503-000
Endereço:	AVENIDA GOVERNADOR JOSE MAI SHERA Nº 2374 BAURÉ SÃO BRAS CEP 14503-100		
Município:	BELEN	UF:	PA
E-mail:	francesca.shera@gmail.com	Telefone:	(31) 3466-6105

[illegible][illegible]

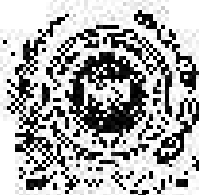
EXPENSES: R\$ 0,00	DOF AS (EXPENSES): R\$ 0,00	NET INCOME: R\$ 0,00	IS (EXPENSES): R\$ 0,00	GROSS INCOME: R\$ 0,00
-----------------------	--------------------------------	-------------------------	----------------------------	---------------------------

VALOR TOTAL CANCELADO = 15.161.440,00

Valor real base tributável	R\$ 6,36	Valor de cálculo	R\$ 200,000,00	Alíquota	1,00 %	Valor do IPI	R\$ 2,00
----------------------------	----------	------------------	----------------	----------	--------	--------------	----------

PLAZA HUNTER OF

Companhia:	ALCANTARA
Rua, nº, cidade, estado:	III DE MARA
Insulagem:	Isomura
Rua, nº, cidade, estado:	BELEN, PA
Endereço completo:	Imobiliária ou
Assinatura:	INDUSTRIAL LITE PAPER DE ALUMINIO E EMPREGOS DE EMBALAGEM
Outros:	DEB. HOSPITAL, CENITEX, LABORATORIOS, SANG. UNICO, KINOTONIA, CASAS DE
	QUINTA FLORES, SODIPRE, ANDREA QUINTE E CONSUMOS.
Companhia de entrega:	TEMA



Beneficência Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará

HOSPITAL D. LUÍZ

C.E.C. 04.926.479/0001-81

Av. Gino Mendes 878 - Igarassu - Manguá - PA, CEP 66055-740

Fone: 81 3215 4557 Fax: 81 3225 5007 e-mail: [beneficiencia@beneficiencia.org.br](mailto:beneficiencia@beneficiencia.org.br)

## RECIBO


RS 960.000,00

Recebemos da SEMSA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a importância de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), por referência a presente Lei nº 1.351 de 10 de Maio de 2016, Lei Federal nº 8.224/91 (Lei Complementar 004/2015).

em 10 de dezembro de 2020.

  
SEMSA - SEMSA  
SECRETARIA MUNICIPAL  
DE SAÚDE

DIRETORIA DE SAÚDE  
Certificado para os serviços de

  
DIRETORIA DE SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL  
DE SAÚDE

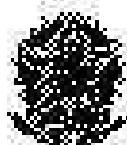
Ass: Carlos Roberto Cardoso Gomes  
Diretor de Administração de Saúde  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
MANGUÁ - PA

Rua 104 - Caixa Postal 504 - Manguá

PA 66055

CNPJ: 06.755.167-5

CEP: 66055



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: BENEVENTA SOLIEDADE PORTUGUESA BENEFIGENTE DO PARA**  
**CPF: 04.528.474/0001-87**

Declaramos, em nome da Fazenda Nacional, contra o interesse, que decorra de atos de reconhecimento de dívida passiva de uma entidade que tenha a personalidade, é o(a) seguinte:

1. condicionar debitos consolidados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF), com responsabilidade assumida nos termos do art. 157 da Lei nº 4.729, de 25 de novembro de 1976, Código Tributário Nacional (CTN), ou de qualquer decisão judicial que determine a sua obrigação tributária para fins de habilitação de concorrência para, no futuro, obter vantagens;

2. condicionar sua inscrição de "inscrisões de débitos" da Fazenda Nacional (CD 23) sob o nome de "inscrisões de Débito Ativo da União (DAU)" com exceção para o suposto nos termos do art. 157 do CTN, ou para quaisquer outras obrigações, ou para qualquer da Fazenda Nacional em processo de recuperação judicial, ou, ainda, de qualquer outra obrigação tributária decorrente de ato de reconhecimento de regularidade fiscal;

Conforme informado, nos arts. 205 e 206 do CTN, cujo texto está em anexo, artigos 205 e 206 do CTN.

Esta certidão é emitida para a entidade beneficiária e não é vinculada ao caso de uma decisão de uma autoridade tributária, portanto, a entidade pode não ter sido beneficiada por esta e não se responsabiliza a autoridade tributária por qualquer decisão de uma autoridade tributária, ou seja, a autoridade tributária não se responsabiliza por qualquer decisão de uma autoridade tributária, ou seja, a autoridade tributária não se responsabiliza por qualquer decisão de uma autoridade tributária.

A presente certidão não constitui uma declaração de que a entidade não tenha sido beneficiada por esta e não se responsabiliza a autoridade tributária por qualquer decisão de uma autoridade tributária, ou seja, a autoridade tributária não se responsabiliza por qualquer decisão de uma autoridade tributária.

Esta certidão pode ser consultada no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no endereço [www.pgfn.gov.br](http://www.pgfn.gov.br), ou no endereço [www.receita.gov.br](http://www.receita.gov.br), ou no endereço [www.cpf.gov.br](http://www.cpf.gov.br).  
Código de verificação de certidão: 04528404FE087E  
Código de verificação de certidão: 04528404FE087E

SERVÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE EXERCÍCIO DA FAZENDA

**CERTIDÃO NEGATIVA DE VANTAGEM NÃO TRIBUTÁRIA**

Nome: **ACHEMERHA SUCUBIA DE FORTALEZA BENEFICIÁRIA DO TACA**  
Inscrição Estadual: **NÃO CONSTA**  
CNPJ: **00.928.109/0001-61**

Assolvido o pedido de a Fazenda Pública Estadual, sob as penas das quaisquer penalidades de responsabilidade, em relação possível crime ilícito fiscal que possam a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTA** em a presente data, perante as em se. nome, regularmente em débito tributário a favor da Secretaria Estadual de Trabalho e Fazenda, de qualquer tributo, inscrita na Dívida Ativa.

A presente Certidão, em virtude da Lei de Processo nº 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Lei nº 8.682, de 30 de maio de 2008, produzirá efeitos após a publicação de sua autenticidade pela Internet, em Portal de Serviço da Secretaria Estadual de Trabalho e Fazenda, no endereço eletrônico [www.ssf.pa.gov.br](http://www.ssf.pa.gov.br).

Emitida em: 16:22:08 do dia 16/12/2020

Válida até: 06/03/2021

Número da Certidão: 20202068374391647

Código de Controle de Autenticidade: 465791411C703F3A54982543A7A77F648

**Observação:**

Nos termos da legislação pertinente a presente certidão poderá, independente de notificação prévia, ser suscitada para fins de possível crime fiscal, mediante as hipóteses previstas no art. 2º da Lei nº 8.682, de 30 de maio de 2008, e em outras em decorrência da suspensão de medida cautelar.

A pesquisa de autenticidade é disponibilizada em todo o território do Estado do Pará, por meio de consulta pública no endereço eletrônico [www.ssf.pa.gov.br](http://www.ssf.pa.gov.br).

Válida em todo território nacional.  
SERVÇO GRATUITO



SERVIÇO EXECUTIVO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE SITUACÃO TRIBUTÁRIA**

**Nome:** BENEFÍCIA SOCIEDADE PORTUÁRIA BENEFICENTE DO PARÁ

**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA

**CNPJ:** 14.024.476/0001-81

Verificado a situação da Fazenda Pública Estadual relativa ao imposto devido por decorrência da responsabilidade do sujeito passivo antes da liquidação ou cancelamento de créditos, e verificando que CONSTAM, até a presente data, pendências em seu nome, cujo expedito já está suscitado, encontrando-se as dívidas tributárias em processo de execução perante a Fazenda do Estado do Pará, de natureza tributária, inscrita no nº 7.014.2199.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto nº 2.477, de 29 de setembro de 2005, e da Instrução Normativa nº 609, de 2 de outubro de 2005, tem as mesmas características. Certidão Negativa e sempre produzirá efeitos após o comprovante de sua autenticidade, pelo canal, de acesso ao serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico [www.sefaz.pa.gov.br](http://www.sefaz.pa.gov.br).

**Emitida em:** 06/21/2016 às 09:06:11:2020

**Válida até:** 03/05/2021

**Numero da Certidão:** 02020-00035915-2

**Código de Controle de Autenticidade:** 0505015050A05050202020505047A06

**Observações:**

- Nos termos da legislação aplicável ao sistema de Certidão Positiva, independente de notificação prévia, será processada quanto à extinção do período de validade de eventuais inscrições tributárias previstas no art. 6º da Instrução Normativa nº 609, de 2 de outubro de 2005, bem como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

A emissão da certidão será efetuada de ofício, devendo ser aceita a validade do fato por meio da consulta pública em [www.sefaz.pa.gov.br](http://www.sefaz.pa.gov.br).

Validar em: [www.sefaz.pa.gov.br](http://www.sefaz.pa.gov.br)

SERVIÇO EXECUTIVO





## Certificado de Regularidade do ICMS - I.R.

Inscrição: 04.933.475-0001-1  
Razão Social: FARMACIA YUJIAIRRE SMC - LULA BENEFICENTE DO PATA  
Endereço: AV. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2114-87241-90 - N.º 100 - JARDIM

A Caixa Econômica Federal, de uso do Uniforme que lhe confere a AD. 7, de 14/03/07, de 21 de maio de 1999, certifica que, nesta data, a empresa acima qualificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não se vale de prova contra qualquer pessoa referente a contribuições e/ou obrigações relativas decorrentes das obrigações do FGTS.

Validades: 11/11/2020 e 10/12/2020

Certificação Número: 202011105011195913262

Emissão automática em 11/11/2020 às 17:05

A utilização deste Certificado não se fins previstos em lei para comprovação de regularidade perante o FGF do CAIXA: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

NOME: **EMANUELA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO VALE (MARIÁ E VILHIAIS)**, inscrita no CNPJ nº 04.928.479/0001-81, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.  
Certidão nº: 770785/27(2)  
Expedição: 07/06/2020, às 14:59:00  
Validade: 04/04/2021. (30 dias) e anterior: data contida no data de sua expedição.

Verificou-se que **EMANUELA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO VALE (MARIÁ E VILHIAIS)**, inscrita no CNPJ nº 04.928.479/0001-81, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida por força do art. 642 da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentada pela Lei nº 10.440, de 7 de julho de 2001, e da Resolução Administrativa nº 1470/2011 da Comissão Superior do Trabalho, de 23 de agosto de 2011.

As dívidas constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Titulares do Trabalho e estão atualizadas até 2 (dois) dias anteriores à data de sua expedição.

No caso de pessoas físicas, a Certidão não se aplica em relação a todos os seus estabelecimentos, apenas em relação a eles.

A certidão desta certidão disponibilizada no [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) em autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho de Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

No termo de registro de Devedores Trabalhistas constam os atos relativos ao afixação da lista das pessoas físicas e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto as obrigações trabalhistas em seu nome cadastradas no sistema em julgamento em andamento (processos trabalhistas) inscritas no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. O termo de registro, a lista, a certidão, a autenticidade e a disponibilização disponibilizados em <http://www.tst.jus.br> ou diretamente de exemplo de endereço eletrônico: [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) ou Ministério Público do Trabalho de Brasília de Brasília Previa.

**NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB**

**PARECER Nº 2995/2020 – NCI/SESMA**

**INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO - DERE.**

**FINALIDADE:** Manifestação quanto ao pagamento do prestador da rede SUS – BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I.

**DOS FATOS:**

Chegou a este Núcleo de Controle Interno para manifestação, o Processo Administrativo nº 27059/2020 – Via Sistema GDOC, encaminhado pelo Departamento de Regulação – DERE, referente ao pagamento do prestador da rede SUS – BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, por serviços prestados.

**DA LEGISLAÇÃO:**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE JULHO DE 2000.

Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 95.571-PMB, 03 de fevereiro de 2020.

**DA PRELIMINAR:**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, no art. 15, caput e § 2ª da Lei Orgânica do Município de Belém e no art. 3º, parágrafo único, letra “b” e “c” do Decreto nº 74.245 de 14 de fevereiro de 2013, art. 10, parágrafo único e art. 11 da Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão, visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar.

**DA FUNDAMENTAÇÃO:**

A análise em tela, quanto ao pagamento do valor em cumprimento ao Décimo Segundo Termo Aditivo ao Convênio 004/2016 celebrado com o hospital filantrópico BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I dos serviços prestados a Rede SUS, ficará estritamente dentro dos parâmetros fixados pela Lei nº 8.666/93 e demais aplicadas ao assunto, motivo pelo qual, como suporte legal do presente parecer, transcrevemos os seguintes fundamentos Legais:

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.*

*(...)*

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos*

Av. Gov. José Malcher, 2821 - Nazaré, Belém - PA, 66090-100

E-mail: [sesmagab@gmail.com](mailto:sesmagab@gmail.com)

Tel: (91) 3236-1608/98413-2741

### NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

*princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”.*

#### **LEI Nº 8.666/93**

*(...)*

*“Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.*

*Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.”*

*(...)*

**“Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:**

*I – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);*

*II- Prova de inscrição no cadastro do contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

*III – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;*

*IV – Prova de regularidade relativa à seguridade Social e ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço ( FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei”.*

#### **DECRETO Nº 95.571 - PMB, 03 DE FEVEREIRO DE 2020 .**

*“Art. 3º - Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas para racionalização, controle orçamentário e financeiro das despesas classificadas no Grupo de Despesa “Outras Despesas Correntes”:*

*(...)*

*III – Condicionar o pagamento de credores à apresentação de todas as certidões negativas de débitos municipais (mobiliária e Imobiliária) estaduais e federais, se o for o caso, de quaisquer naturezas, ficando o Gestor responsável em cumprir essa obrigação;”*

### DA ANÁLISE:

O presente processo administrativo refere-se ao pedido, efetuado pela Diretora do Departamento de Regulação – DERE quanto ao pagamento do prestador da rede SUS – BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I referente ao pagamento do valor em cumprimento ao Décimo Segundo Termo Aditivo ao Convênio 004/2016.

1 – Consta nos autos: MEMO: 1166/2020– DERE/SMS/SUS; Nota Fiscal de Serviço Eletrônica nº 9155, devidamente atestadas; Recibo e documentos de regularidades fiscais e trabalhista.

2 – Primeiramente vamos destacar a obrigatoriedade quanto à realização de licitação. A licitação é uma aplicação concreta do princípio da igualdade, o qual, na Constituição Federal é

Av. Gov. José Malcher, 2821 - Nazaré, Belém - PA, 66090-100

E-mail: [sesmagab@gmail.com](mailto:sesmagab@gmail.com)

Tel: (91) 3236-1608/98413-2741

**NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB**

descrito como um dos direitos e garantias fundamentais. Decorre diretamente da Carta Magna o dever de licitar, em seu art. 37, inciso XXI. Portanto considerando que a licitação é o procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público, mediante critérios preestabelecidos, isonômicos e públicos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um ato jurídico. Em síntese, é um procedimento que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública e tem por finalidade buscar a melhor proposta, estimulando a competitividade entre os potenciais contratados, e, oferecer iguais condições a todos que queiram contratar com a Administração. Se por um lado licitar se constitui em um dever do administrador público, por outro, não menos importante, se torna também uma garantia para os administrados, especialmente para os licitantes. Portanto, a licitação é sinônima de um legítimo instrumento de gestão pública proba, eficiente e transparente.

3 – No caso concreto observa-se que foi celebrado o Convênio nº 004/2016 com o prestador BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, o décimo segundo termo aditivo ao referido convênio tem por objeto a inclusão de mais 10 (dez) leitos de Unidade de Terapia Intensiva tipo II (UTI Adulto) para enfrentamento do COVID 19 na execução do Convênio nº 004/2016.

4 – Considerando o Convênio nº004/2016 e o respectivo termo aditivo supracitado, temos a Nota Fiscal nº 9155 no valor de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) anexada nos autos para instrução de pagamento.

5 – Vale destacar que foram localizados nos autos os documentos de regularidades fiscal e trabalhista, dentre elas a Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto a Fazenda Municipal, em obediência ao que dispõe o Decreto nº 95.571-PMB, de 03 de fevereiro de 2020.

6 – Diante do exposto, este núcleo de Controle Interno tem a concluir que:

**CONCLUSÃO:**

No transcorrer dos trabalhos de análise do Processo em referencia, conclui-se, sinteticamente, que o pagamento, da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 9155 do prestador BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I, **ENCONTRA AMPARO LEGAL.**

Para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, face à correta aplicação dos ditames da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 4.320/64, da Lei nº 8.429/99 e da Lei Complementar nº 101/2000, considerando que fora analisado integralmente o referido processo, pelo que declaramos que é possível o pagamento, com a **RESSALVA** apresentada na manifestação:

**MANIFESTA-SE:**

- a) Nos manifestamos pela possibilidade de pagamento da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica nº 9155 do prestador BENEMÉRITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ – HOSPITAL D. LUIZ I.

Av. Gov. José Malcher, 2821 - Nazaré, Belém - PA, 66090-100

E-mail: [sesmagab@gmail.com](mailto:sesmagab@gmail.com)

Tel: (91) 3236-1608/98413-2741

**NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB**

É o nosso parecer salvo melhor entendimento.

Belém/PA, 13 de novembro de 2020.

**ANNA CAROLINA SILVA MOREIRA**

Assessor Superior – NCI/SESMA

De acordo. À elevada apreciação superior.

**ÉDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO**

Coordenador do Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ: 07.917.818.0001-12

TRAVESSA, Travessa do Chaco, Nº 2.086 - MARCO BELÉM - PA

**NOTA DE EMPENHO Nº :**

**019357/2020**

**DATA :** 13/11/2020

Pagina: 1 de 1

Razão Social : **BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA**

Nome Fantasia : HOSPITAL DOM LUIZ I

Endereço : AVENIDA GENERALISSIMO DEODORO,

Bairro : UMARIZAL

CEP : 66055240

CNPJ ou CPF : 04.928.479.0001-81

BELEM -PA Fones :

Email :

Orgão :	2.09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade :	22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto ou Atividade :	10.122.0001.2176 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19
Categoria Despesa :	3390390000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fonte: 1214010500-SUS UNIÃO COVID19/ADM. DIRETA

## DEMONSTRATIVO DO SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Solicitação Empenho	Tipo do Empenho	Autorizado no Ano	Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Atual
29.632/2020 -1	O – Ordinário	23.101.992,85	1.100.056,24	960.000,00	140.056,24

Licitação :		Id Compra:		Data da Licitação :	
-------------	--	------------	--	---------------------	--

Recursos :	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Impacto Orçamentário :	4,16 %
------------	--------------------------	------------------------	--------

Número Processo :	/0
-------------------	----

Contrato N°:	Valor :	Data :
--------------	---------	--------

Termo Aditivo N°:	Valor :	Data :
-------------------	---------	--------

Condições Pagto :	Conforme Solicitação	Prazo de Entrega :	conf. solicitação
-------------------	----------------------	--------------------	-------------------

Natureza da Despesa:	3600 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL
----------------------	--

Destino / Histórico :	O presente convênio tem por objeto o CUSTEIO PARA GARANTIR OS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO DE
-----------------------	--

Destino / Histórico :	<p>O presente convênio tem por objeto o CUSTEIO PARA GARANTIR OS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES, aquisição de insumos médicos e equipamentos para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, aquisição de equipamentos de proteção individual para atender a demanda exponencial de pacientes contaminados pela Sars-CoV-2, visando garantir a atenção integral à saúde no Sistema Único de Saúde – SUS.</p> <p>CONVÊNIO nº 004/2016</p> <p>Décimo segundo Termo aditivo</p> <p>parecer NCI 2995/2020 NCI / SESMA</p>
-----------------------	--

Cod. Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
135	Serviços Médico-Hospitalar		Serviço	1,00	960.000,0000	960.000,00

--	--	--	--	--	--	--	--

	TOTAL	960.000,00
--	-------	------------

Autorizo a despesa, observadas as formalidades legais.

BELÉM , 13 de novembro de 2020

### Ordenador da Despesa

Diretor Administrativo Financeiro



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

CNPJ: 07.917.818.0001-12

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 07.917.818.0001-12

TRAVESSA, Travessa do Chaco, Nº 2.086 - MARCO BELÉM - PA

### Nota de Liquidação Nº 1 / 2020 - Data:13/11/2020 Empenho Nº 19.357 / 2020 - Tipo O – Ordinário

Razão Social : **BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA**  
Nome Fantasia : **HOSPITAL DOM LUIZ I**  
Endereço : AVENIDA GENERALISSIMO DEODORO,  
Bairro : UMARIZAL  
CEP : 66055240 BELEM-PA  
CNPJ/CPF : 04.928.479/0001-81  
Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência: 4251-0 - JOSE MALCHER Conta Corrente: 107-5 - CONTA NOVA PRESTADOR SUS EMPRESARIAL

Orgão: 2.09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 22 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Conta C. Gráfica: Banco :001-BANCO DO BRASIL S.A. Número :000012696 - Dígito :9 - Nome :FMS-CUSTEIO-SUS-FEDERAL

Conta C. Arrecadadora: Banco :001-BANCO DO BRASIL S.A. Número :000012696 - Dígito :9 - Nome :FMS-CUSTEIO-SUS-FEDERAL

Projeto Atividade: 2.09.22.10.122.0001.2176 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID 19

Nat. Despesa: 3390393600.1214010500 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL

#### Resumo da Despesa

Vlr. Despesa	Vlr. Estornado	Vlr.Liquidado	Vlr. Consignado	Vlr. Pago	Saldo à Pagar	Saldo à Liquidar
960.000,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00

Licitação:

Recurso: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato:

Valor :

Data :

Aditivo:

Valor :

Data :

Condição de Pagto: Conforme Solicitação

Prazo de Entrega :

conf. solicitação

Hist. Empenho:

O presente convênio tem por objeto o CUSTEIO PARA GARANTIR OS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES, aquisição de insumos médicos e equipamentos para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, aquisição de equipamentos de proteção individual para atender a demanda exponencial de pacientes contaminados pela Sars-CoV-2, visando garantir a atenção integral à saúde no Sistema Único de Saúde – SUS.  
CONVÊNIO nº 004/2016  
Décimo segundo Termo aditivo  
parecer NCI 2995/2020 NCI / SESMA

Hist. Liquidação:

Pagamento referente a inclusão de 10 leitos de UTI contratados através do Décimo segundo termo aditivo ao CONVÊNIO 004/2016 no artigo 65.II da LEI FEDERAL Nº 8.666/93.  
gdoc 29632/2020

Data da Liquidação:

13/11/2020

#### Documentos Fiscais

Documento	Data	Número	Vencimento	Série	VI. Liquidado	VI. Consign.	VI. Pago	Saldo Pagar
Nota Fiscal – Eletrônica	13/11/2020	9155	15/11/2020	1	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00
Totais...					960.000,00	0,00	0,00	960.000,00

A MUNICIPAL DE BELÉM  
M DE CRÉDITO - O.C.

FONTE

CORONAVIRUS - COVID 19 - GDOC 29632

Nº RE

2020RE81062

MUNICIPAL DE SAÚDE  
L.S.A.  
BLICO - BELÉM - BELEM

Co  
Convê  
CN

MUNICIPAL DE SAÚDE

F: Credor  
0181 BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA

Nº O.B.

Autenticação

Tipo O.B.  
Fornecedor

Banco  
104

Agência  
4251

,00  
60.000,00  
,00

s: 1

il reais \*\*\*\*\*

S.A. a debitar na conta remetente acima o valor da presente ordem.

eiro

Orden

38:51